



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

LEI Nº 1533/2025 - VÁRZEA ALEGRE-CE, EM 21 DE JULHO DE 2025.

DENOMINA RUA QUE INDICA E
ADORA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Várzea Alegre, a senhora MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de nº 001/1990 e o Regimento Interno da Câmara Municipal de nº 005/1990,

Considerando que o Projeto de Lei nº 007/99, datado de 26 de abril de 1999, que "*denomina rua que indica e adota outras providências*", foi devidamente aprovado pela Câmara Municipal de Várzea Alegre e não foi sancionado nem vetado pelo Executivo no prazo legal de 15 dias úteis,

Considerando que, em conformidade com o artigo 36, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Várzea Alegre, o não exercício do direito de sanção ou veto pelo Prefeito Municipal dentro do prazo estabelecido configura a **sanção tácita**,

Considerando que, após minuciosa análise, foi constatado que não há registro de sanção ou veto do referido projeto de lei por parte do Executivo Municipal, caracterizando, portanto, a omissão do Prefeito e a consequente sanção tácita,

Considerando a ausência de qualquer impedimento legal para a promulgação, conforme dispõe a referida Lei Orgânica, que confere competência ao Presidente da Câmara Municipal para promulgar a lei na hipótese de omissão do Executivo,

Considerando a importância e a urgência da implementação da referida norma, especialmente para atender às necessidades da população local, que precisa da atualização cadastral de seus domicílios, além da atualização de registros de diversos serviços públicos e privados,

Considerando que a promulgação se dá em caráter excepcional, ainda que durante o recesso legislativo, devido à relevância e à necessidade de regularização da norma, eu, Presidente da Câmara Municipal, **PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

"VÁRZEA ALEGRE, CIDADE DO AMOR FRATERNO"



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

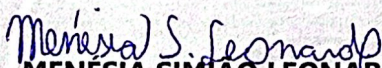
Art. 1º Fica denominada de JULIANA MARIA DA GLÓRIA, a Rua que fica perpendicular à Avenida Cedro/Várzea Alegre e paralela a Rua Antônio Leandro da Silva, localizada na Agrovila – Ubaldinho/ Distrito de Naraníu.

Art. 2º Esta Lei possui seus efeitos retroativos à 11 de junho de 1999, data em que ocorreu a sua sanção tácita, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Várzea Alegre-CE, 21 de julho de 2025.


MENÉSIA SIMÃO LEONARDO
PRESIDENTE



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE-CE

RUA JOSÉ ALVES BEZERRA (ZÉ AGOSTINHO), Nº 585
RIACHINHO - VÁRZEA ALEGRE-CE
CEP: 63540-000

WWW.CAMARAVARZEALEGRE.CE.GOV.BR
CAMARAV.A@HOTMAIL.COM
(88)3541-2073

JUSTIFICATIVA

A promulgação da Lei Municipal nº 1533/2025, decorrente do Projeto de Lei nº 007/99 é realizada com base na **omissão do Prefeito Municipal**, que não se manifestou sobre o projeto de lei no prazo legal de 15 dias úteis, conforme prevê a legislação municipal, e que configura a sanção tácita da matéria. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Várzea Alegre, o Presidente da Câmara Municipal tem a competência para promulgar a lei, quando não há manifestação do Executivo, conforme estabelecido no artigo 36 Inciso IV.

Em face da relevância da norma, especialmente para a atualização de registros de domicílios e serviços, a promulgação se dá em caráter excepcional, durante o recesso legislativo, dada a urgência da matéria, que afeta diretamente a população local. Tal situação justifica o ato de promulgação, em razão da necessidade de **suprir uma lacuna normativa** que poderia causar transtornos administrativos e sociais para os moradores da rua que teve seu nome indicado pela lei.

Por fim, ressalta-se que a promulgação de leis de competência legislativa não está sujeita à interrupção do recesso, sendo um ato que visa garantir a continuidade da ordem jurídica e o atendimento das necessidades sociais imediatas.


MENÉSIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE